

	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO GABINETE DA PRESIDÊNCIA (GABPRES) Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar 	
	Data: 13.03.2023	Horário: 15h
PAUTA: Rede de Enfrentamento		ATA DE REUNIÃO Nº 11/2023

Estiveram presentes na reunião, mediante a assinatura da lista de presença:

1. Juíza Adriana Ramos de Mello (**Coordenadora da COEM**);
2. Juíza Camila Rocha Guerin (**Membra da COEM**);
3. Juíza Elen de Freitas Barbosa (**Membra da COEM**);
4. Juíza Katerine Jatahy Kitsos Nygaard (**Membra da COEM**);
5. Juíza Luciana Fiala de Siqueira Carvalho (**Membra da COEM**);
6. Juíza Tula Corrêa de Mello (**Membra da COEM**);
7. Adriana Mota (**Escola do Legislativo/ELERJ**);
8. Aline Inglez (**Secretaria Estadual da Mulher**);
9. Delegada Alriam Miranda Fernandes (**Titular da DEAM Centro**);
10. Ana Beatriz Quiroga (**CODIM/Niterói**);
11. Bianca Neves Ferreira da Silva (**SEPM**);
12. Carla Lopes Brasil (**SPM – RJ**);
13. Cristina Fernandes (**CIAM Márcia Lyra**);
14. Defensora Pública Flávia Nascimento (**NUDEM – DPERJ**);
15. Delegada Cristiane Carvalho (**Titular da DEAM - Campo Grande**);
16. Delegada Gabriela Von Beauvais (**Diretora da DGPAM - PCERJ**);
17. Delegada Viviane Costa (**Titular da DEAM - Jacarepaguá**);
18. Elaine Cordeiro (**SPM/RJ**);
19. Elisa Nolasco (**CAOVDFM/MPRJ**);
20. Delegada Flávia Monteiro de Barros (**Delegacia da Rocinha**);
21. Glória Maria Bastos Barreto (**Ronda Maria da Penha - GM – RJ**);
22. Heloisa Aguiar (**Secretaria Estadual da Mulher**);
23. Jacqueline Souza (**CAO Execução/MPRJ**);
24. Joyce Trindade de Faria Gama (**Secretária Especial de Políticas e Promoção da Mulher – SPM- RIO**);
25. Delegada Luciana Mendonça Senise (**DEAM - Centro**);
26. Marcia Mirandela (**SPM/RJ**);
27. Marcia Soares Vieira (**SMS - Gerência Técnica Salas Lilás Centro e Campo Grande**);
28. Maria Matilde Alonso (**DPERJ**);
29. Marília Boldt (**Grupo Mulheres do Brasil**);
30. Monalysa Alves (**SPM/RJ**);
31. Pâmela Brito (**OAB Mulher – RJ**);
32. Procuradora de Justiça Patricia Mothé Glioche Béze (**CDV/MPRJ**);
33. Rejane Santos Farias;
34. Sérgio Rabello Alves (**SGPTC/SEPOL**);
35. Sílvia Gonzaga (**Santuário Cristo Redentor**);
36. Sueli Ferreira (**Casa Abrigo Lar da Mulher**);

37. Tatiana Queiroz (**Secretaria Estadual da Mulher**);
38. Tatiane Cardoso (**Secretaria da Saúde/Nova Iguaçu**);
39. Thalita Chalhub (**Santuário Cristo Redentor**);
40. Thalita Rodrigues do Carmo (**SPM – Rio**);
41. Thamyris Machareth Elpídio (**CODIM/Niterói**);
42. Valeska Pantaleão (**SPM – Rio; Coordenadora CEAM Tia Gaúcha**);
43. Vanessa Raibert (**Grupo Mulheres do Brasil**).

A **Exma. Juíza Adriana Mello**, Coordenadora da COEM, abre os trabalhos às 15h30min e agradece a participação de todas na primeira reunião da Rede de Enfrentamento em 2023.

As Magistradas **Camila Guerin, Elen Barbosa, Katerine Jatahy, Luciana Fiala e Tula Mello (membras da COEM)**, apresentam-se e em seguida saúdam os projetos desenvolvidos pela Rede de Enfretamento, enfatizando a importância da articulação para a criação de políticas públicas visando robustecer o enfrentamento da violência contra a mulher.

Dando prosseguimento à reunião, **Dra. Adriana Mello** solicita aos presentes que façam suas colocações, por conseguinte, restam aventadas as possibilidades/necessidades e designadas as deliberações, conforme seguem:

INFORMES:

Heloisa Aguiar (Secretária Estadual da Mulher) comunica que sua secretaria realizará a prestação de contas dos equipamentos estaduais, deixando registrado que a Unidade está aberta para todos que dela necessitam, passando em seguida a palavra para Superintendente de Políticas Transversais.

Aline Inglez (Superintendente de Políticas Transversais - SEEM) relata que a Secretaria Estadual da Mulher desenvolveu um mapeamento das demandas relacionadas aos equipamentos CEDIM, CIAM e CEAM, que contempla diagnósticos dos principais problemas, potencialidades e as soluções a serem adotadas (em anexo à presente ata).

Menciona que no âmbito estadual existem o CEAM Márcia Lyra, o CEAM Baixada e o CEAM Queimados, além da Casa Abrigo Lar da Mulher, que está vinculada ao Governo do Estado do Rio de Janeiro em parceria com o Rio Solidário e a LOTERJ.

Cita que, embora não tenha participado da última reunião com Secretária Estadual da Mulher, Sra. Heloisa Aguiar, onde foram discutidas as questões relacionadas aos equipamentos do estado, especialmente em relação à estrutura e ao pessoal, considera importante destacar que a atual gestão assumiu alguns equipamentos que já estavam em processo de obras, como o CEAM Márcia Lyra, que está quase finalizado.

Em relação ao pessoal, afirma que foi importante a nomeação de todos os profissionais das respectivas unidades no quadro funcional da Secretaria de Estado da Mulher (SEEM), incluindo coordenadores, psicólogos, assistentes sociais e advogados.

Destacou que as obras de reativação do CEAM Baixada foram iniciadas em 06 de fevereiro de 2023. No momento, o CEAM Baixada está funcionando em uma estrutura provisória fornecida pelo Município de Nova Iguaçu.

Quanto ao CEAM Queimados, expôs que a unidade funciona em um espaço alugado pelo município de Queimados e, em comparação com as outras unidades anteriores, é a que está mais adequada para funcionamento, mas ainda precisa de melhorias estruturais, reparos, mobiliário, equipe ampliada e tecnologia.

Em relação à Casa da Mulher de Manguinhos, alegou que a unidade foi reformada, mas necessita de reequipamento e reestruturação em termos de recursos humanos para ser reinaugurada e colocada novamente à disposição da população.

Sueli Ferreira (Casa Abrigo Lar da Mulher) revela que a reforma da Casa Abrigo foi dividida em duas partes, a saber: obras de manutenção nos espaços de uso coletivo das

residentes – que foi entregue na quinta-feira anterior ao Carnaval -, e demais obras estruturais que são bem mais complexas, com previsão ainda de início para o março. Esclarece que o fato da Casa Abrigo Lar da Mulher necessitar de obras em sua parte estrutural, nada interfere na oferta regular de alojamento para as mulheres as vítimas necessitadas. Esclarece que a equipe do abrigo é composta por uma assistente social, uma psicóloga, uma pedagoga, oito educadores sociais, dois motoristas, duas cozinheiras e uma auxiliar de cozinha. Embora a equipe seja pequena, ela é altamente comprometida com o objetivo social da casa abrigo. As mulheres podem permanecer por até seis meses e a equipe trabalha para ajudá-las a reestruturar suas vidas. A maioria das mulheres que chegam ao abrigo não tem experiência profissional, baixa escolaridade e muitos filhos. A equipe ajuda a obter a documentação necessária e oferece orientação para que as mulheres possam encontrar trabalho após deixar o abrigo, embora não haja parcerias formais para encaminhamento ao mercado de trabalho ou cursos de capacitação.

Sra. Tatiane Cardoso (Secretaria da Saúde/Nova Iguaçu), assistente social e coordenadora da área técnica de violência e saúde da prefeitura de Nova Iguaçu, cita que o município implementara um Serviço de Atenção às Vítimas de Violência. O projeto visa atender vítimas de diversas formas de violência, incluindo a violência obstétrica. Comunica que há uma intenção de celebração de um termo de cooperação técnica com o Tribunal de Justiça, a fim de estabelecer um fluxo de encaminhamento para mulheres que foram atendidas no Juizado de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Nova Iguaçu.

Dr. Sérgio Rabello Alves (SGPTC/SEPOL), assessor técnico da Superintendência Geral da Polícia Técnico-Científica do Rio de Janeiro, relata que a diretriz macro do Dr. Roger Ancilotti é tomar decisões com base em critérios técnicos-objetivos e de evidências. Caminhando, expôs que realizou um levantamento de todas as salas lilases, tendo encontrado algumas inconformidades. Com relação aos acordos de cooperação técnica, informou que estão sendo aprimorados e que em breve será apresentada uma minuta de padrão ouro que visará aprimorar atendimento e a relação de trinômio entre justiça, município e polícia científica. Ademais, discorre que a Polícia Civil tem uma carência histórica de peritos médicos-legistas e que o Governador do Estado autorizou a convocação dos 80 candidatos aprovados no último concurso público. Dessa forma, espera o fortalecimento nos atendimentos nas salas lilases. Além disso, relata que há um manual de sala lilás em fase de validação pela assessoria jurídica do órgão, tendo destacado que o manual visa estabelecer fluxos e treinamento para as delegacias e o pessoal do município.

Joyce Trindade (Secretária Especial de Políticas e Promoção da Mulher – SPM- RIO) destaca que a Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Mulher inaugurou o CEAM - Tia Gaúcha em Santa Cruz no mês de janeiro de 2023. Além disso, informa que a Secretaria lançou 10 mil vagas para capacitação e inserção da mulher no mercado de trabalho no Dia Internacional da Mulher, em 8 de março de 2023, acrescentando que a rede municipal pode encaminhar candidatas para algumas vagas que ainda não foram preenchidas.

Tendo em vista a 23ª edição da Semana Pela Paz em Casa, a **Dra. Adriana Mello** comenta sobre alguns casos emblemáticos de vítimas diretas e indiretas do feminicídio que sua equipe multidisciplinar teve a oportunidade de atender. Os casos evidenciaram a importância de encaminhar essas vítimas para os equipamentos da Rede, a fim de que possam receber a assistência necessária.

Marília Boldt (Grupo Mulheres do Brasil) relata que Ministério Público do Trabalho e o Grupo Mulheres do Brasil firmaram um convênio de cooperação técnica para criação, desenvolvimento e implementação do Programa Pelo Fim da Violência Contra a Mulher. O Programa pretende estimular a formação de uma rede de pessoas, instituições e empresas apoiadoras, que unirão esforços para promover a conscientização e a superação da violência de gênero e violência doméstica, por meio de ações relacionadas ao trabalho, direcionadas às mulheres em situação de violência, bem como seus familiares. Entre as ações que são desenvolvidas, está a promoção da empregabilidade das mulheres em situação de violência.

Thamyris Elpídio (CODIM/Niterói) compartilha que as metas da Coordenadoria de Políticas e Direitos das Mulheres são a implementação da casa de passagem no município e a expansão do Centro Especializado de Atendimento à Mulher Neuza Santos (CEAM). Relata que a prefeitura de Niterói inaugurou o primeiro *coworking* público feminino do estado do Rio de Janeiro, sendo um espaço destinado para as empreendedoras, pequenas empresárias, autônomas, que se organizam na cidade e que poderão usufruir desse local.

Procuradora de Justiça Patricia Glioche (CDV/MPRJ) esclarece que integra a Coordenadoria de Promoção dos Direitos das Vítimas, diretas e indiretas, com atuação em casos recebidos através da Ouvidoria da Mulher do Ministério Público, bem como naqueles advindos de maneiras espontâneas ou encaminhados pelos promotores de justiça. Destaca que a sua Coordenadoria trabalha em parceria com NUDEM da Defensoria Pública e, dentre outras atribuições, fornecem informações sobre processos e inquéritos para as vítimas e seus familiares.

Dra. Flávia Nascimento (NUDEM – DPERJ) noticia Defensoria Pública oferece atendimento específico para mulheres vítimas de violência de gênero em diversas áreas, incluindo saúde, violência doméstica e familiar, violência sexual fora do contexto doméstico, além de violência institucional, especialmente em relação às mulheres encarceradas.

Relata que trabalhou para a criação da Comissão de Garantia da Atenção Integral à Saúde de Meninas e Mulheres (CGAISM) na Defensoria Pública. Essa comissão tem como objetivo monitorar o desenvolvimento das políticas públicas sob a perspectiva da atenção integral às mulheres.

Com efeito, expõe que oficiou o Estado e todos os municípios para saber quais localidades oferecem serviços de aborto legal e se existe alguma restrição quanto ao período gestacional para a realização do procedimento.

Informa que a Defensoria Pública tem um Grupo de Trabalho de Femicídio composto por 21 defensores/as públicos/as, cujo objetivo é oferecer atendimento integral às mulheres sobreviventes e aos familiares de vítimas fatais. Atualmente, o grupo está acompanhando 23 casos, sendo 8 deles processos em tramitação no III Tribunal do Júri da Capital.

Por fim, contextualiza que o NUDEM realiza um primeiro atendimento para identificar as necessidades das vítimas e muitas delas são encaminhadas para equipamentos da rede para obter benefícios assistenciais. Além disso, o núcleo acompanha a ação penal e presta assistência jurídica.

Adriana Motta (Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro) informa que a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher está sendo presidida pela Deputada Renata Sousa. Destaca que a referida parlamentar está sendo assessorada pela Sra. Renata Lira. Com efeito, mencionou que passará o contato da respectiva assessora para a Chefe de Serviço de Apoio Técnico aos Órgãos Colegiados com atribuição afeta à Promoção de Gênero, Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (SEAPG) para que assim seja possível convidá-la para as próximas reuniões. (DELIBERAÇÃO 01)

Pontua que função principal da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher é analisar os projetos de lei que tramitam na casa legislativa para verificar se respeitam e promovem os direitos das mulheres. Além disso, ela destacou que a Comissão tem contato direto com as mulheres, pois algumas delas procuram a comissão para buscar seus direitos.

Informa que uma sala da Comissão foi inaugurada na última semana, no 23º andar da ALERJ. Por esse motivo, considera pertinente convidar a Sra. Renata Lira (assessora), para explicar a função da sala, quem estará disponível para o atendimento, o horário de funcionamento e se ela será considerada como um equipamento da rede. Em particular, entende que a função da sala é oferecer um espaço para um primeiro acolhimento e redirecionamento da mulher vítima para os serviços competentes.

Compartilha que ao longo da semana serão discutidos em plenário da casa legislativa alguns projetos de lei, sendo eles:

- ❖ Projeto de lei nº 4325/2018 - cria o programa de reparação econômica para as crianças, adolescentes e jovens, filhos e filhas de mulheres vítimas de crimes de violência contra a mulher, feminicídio ou invalidez (autoria: Deputado Carlos Minc);

Quanto ao mencionado projeto, explicou que como ele se encontra em fase de debates, é possível propor emendas pelos gabinetes dos parlamentares. No entanto, se a Rede quiser fazer uma leitura da norma e oferecer sugestões de emendas, elas podem ser encaminhadas a ela, pois as levará ao conhecimento dos parlamentares competentes.

- ❖ Projeto de lei nº 6170/2022 - dispõe sobre a obrigatoriedade das maternidades, afixarem nas áreas comuns e de circulação de gestantes e puérperas, cartazes ou placas para a publicização dos canais oficiais de denúncia que versem sobre violência obstétrica, no âmbito do estado do rio de janeiro.

Outrossim, menciona que existem outros quatro projetos de lei em tramitação com temática relacionada às mulheres. A Dra. Adriana Mello perguntou se a Sra. Adriana Motta poderia fornecer mais informações sobre esses projetos de lei, ao que ela concordou com a solicitação. (DELIBERAÇÃO 02)

Por fim, discorre que durante a semana será discutido com o Presidente da Casa Legislativa, Deputado Rodrigo Bacellar, o Projeto de Resolução que cria Procuradoria da Mulher na ALERJ.

SUGESTÕES:

Joyce Trindade (SPM-RIO) enfatiza a importância do compartilhamento de informações sobre os familiares das vítimas de feminicídio para garantir o repasse do benefício-financeiro para os órfãos da violência. Sugere que a Secretaria de Estado possa permitir o compartilhamento desses dados, para que a equipe da Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Mulher preste o auxílio necessário, especialmente porque muitos familiares enfrentam situações de extrema necessidade.

Outrossim, sugere que o Secretaria de Estado, juntamente com a participação de outros municípios e a COEM, possa liderar um movimento de articulação junto à Ministra das Mulheres do Brasil, Cida Gonçalves, para apresentar algumas demandas específicas, como a instalação da Casa da Mulher Brasileira no Estado do Rio de Janeiro. Ao ensejo, **Dra. Adriana Mello (COEM)** destaca que a vinda da Casa da Mulher Brasileira é uma demanda primordial na qual tanto o Poder Judiciário quanto o Poder Executivo devem unir esforços para alcançar esse objetivo. **Dra. Katerine Jatahy** compartilha que há previsão de instalação de uma Casa da Mulher Brasileira tipo IV no município de Japeri, mas deseja que o Estado seja contemplado com um equipamento de categoria 01, a ser instalado preferencialmente na Capital.

Dra. Adriana Ramos de Mello (Coordenadora da COEM), esclarece que a cartilha sobre a Lei Maria da Penha do Tribunal de Justiça será atualizada e solicita que, se alguma entidade presente na reunião da rede possuir algum serviço relacionado a essa cartilha, informe a Chefe de Serviço de Apoio Técnico aos Órgãos Colegiados com atribuição afeta à Promoção de Gênero, Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (SEAPG) sobre quaisquer alterações ocorridas após a última edição para que o material possa ser atualizado. Ao ensejo, **Joyce Trindade (SPM-RIO)** evidencia que sua secretaria dispôs de um material gráfico que contém a relação de todos os equipamentos, incluindo os recém-inaugurados, para fins de divulgação com todos os participantes da Rede (material impresso distribuído com as participantes da reunião).

Dra. Flávia Nascimento (NUDEM – DPERJ), menciona que a escolha do local para a implementação da Casa da Mulher Brasileira deve ser feita com base nos dados registrados no Dossiê Mulher 2022 (ano-base 2021), com o objetivo de identificar a localidade com o maior índice de violência doméstica.

Nada mais a tratar, a **Juíza Adriana Mello** encerra a reunião às 17h12min e designa a próxima para o dia 03 abril de 2023, às 15h. (DELIBERAÇÃO 03)

JUÍZA ADRIANA RAMOS DE MELLO
Coordenadora da COEM

Deliberações		Responsável	Prazo
01	Disponibilizar para a Chefe de Serviço de Apoio Técnico aos Órgãos Colegiados com atribuição afeta à Promoção de Gênero, Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (SEAPG), o contato da assessora parlamentar, Sra. Renata Lira.	Adriana Mota	5 dias
02	Fornecer para a COEM as informações inerentes aos projetos de lei em tramitação na ALERJ, com temática relacionada aos direitos das mulheres.	Adriana Mota	5 dias
03	Enviar o convite da próxima reunião da Rede, designada para o dia 3 de abril de 2023, às 15h.	Equipe COEM	Imediato

Deliberações Encerradas		Responsável	Razão
Ata nº 53/2022 (Deliberação 02)	Encaminhar para o e-mail da COEM a relação dos equipamentos municipais (endereços e contatos), incluindo os recém-inaugurados, para a Equipe COEM divulgar com toda as participantes da Rede.	Danielle Souza (SPM Rio)	Deliberação Cumprida

CERTIDÃO

Certificamos que a presente Ata
foi assinada eletronicamente em 05/04/2023.

**Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de
Violência Doméstica e Familiar - COEM**